

Porto Seguro - Seguro Saúde S.A.



**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021**



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Porto Seguro – Seguro Saúde S.A., com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

NOSSO DESEMPENHO

- **Prêmios retidos**

Os prêmios retidos da Operadora totalizaram em 2021 R\$ 2.133,0 milhões, com aumento de R\$ 283,5 milhões ou 15,3% em relação ao ano anterior.

- **Despesas administrativas**

Em 2021, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 9,1% com aumento de 0,4 ponto percentual em relação ao ano anterior. A Operadora tem ampliado e aprofundado os esforços para aumentar a eficiência operacional.

- **Resultado financeiro**

O resultado financeiro totalizou em 2021 R\$ 46,9 milhões, com redução de R\$ 5,5 milhões, ou -10,5% em relação ao ano de 2020. Essa variação decorre principalmente pela rentabilidade sobre as aplicações financeiras classificadas para negociação.

- **Índice combinado**

O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas e outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde sobre prêmios ganhos), em 2021 foi de 97,4%, aumento de 4,6 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Esta variação decorre principalmente do aumento de 7,6 pontos percentuais no índice de sinistralidade.

O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2021 foi de 95,3%, com aumento de 5,1 pontos percentuais em relação ao ano anterior, também justificado pelo aumento da sinistralidade.

- **Lucro líquido e por ação**

O lucro líquido totalizou em 2021 R\$ 105,7 milhões, registrando redução de R\$ 1,3 milhões ou -1,2% em relação ao ano anterior. O lucro por ação foi de R\$ 6,30 em 2021 comparado com R\$ 7,61 do ano anterior.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Operadora têm crescido de forma consistente, permitindo que funcionários e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca atender seus públicos.

A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A., divulgadas no site da Companhia (<http://ri.portoseguro.com.br>) e na edição de 28 de fevereiro de 2022 do jornal O Estado de São Paulo.

AMBIENTE ECONÔMICO

Na esteira dos imensos estímulos fiscais e monetários lançados ainda em 2020 em todo o planeta e do processo de vacinação em larga escala nas principais economias do planeta desde o início deste ano, 2021 termina exibindo uma das maiores taxas de expansão do PIB global das últimas décadas.

Uma consequência dessa rápida retomada da atividade, porém, foi a aceleração bastante forte da inflação. Seja em países desenvolvidos, seja em países emergentes, a alta dos preços de diversos bens e mesmo de serviços tem alcançado níveis pouco comuns ao longo dos últimos anos. Diante desse quadro, diversos bancos centrais ao redor do mundo já iniciaram um processo de aperto das condições monetárias, enquanto que outros já sinalizaram que devem fazê-lo em breve.

O final deste ano tem sido marcado pela incerteza trazida pela variante ômicron, que pode gerar algum retrocesso ou atraso nesse processo de normalização da atividade global, até que novas vacinas sejam disponibilizadas.

Domesticamente, além desses fatores já mencionados que atingem a praticamente todos os países, tivemos alguns outros iminentemente locais que acentuaram o movimento de aceleração da inflação e exigiram uma resposta mais rápida e mais forte do Copom em termos de elevação da taxa básica de juros.

A necessidade de conter a deterioração do quadro inflacionário tem levado o Copom a aumentar substancialmente a taxa Selic, o que deve se traduzir numa importante desaceleração do crescimento econômico ao longo de 2022. Outro fator que deve limitar o vigor da atividade econômica no próximo ano é o elevado grau de incerteza gerado pelas eleições presidenciais, levando os agentes econômicos a posturas mais cautelosas quanto às suas decisões de consumo e investimento em capital fixo.

A Operadora segue confiante na robustez de suas operações e bem posicionada para continuar sólida em sua trajetória de crescimento dos negócios e de entrega de resultados consistentes, através de iniciativas que permitirão dar continuidade ao aumento dos ganhos de eficiência operacional, avançar no processo de transformação digital e continuar aperfeiçoando os modelos de negócio para aproveitar as diversas oportunidades que o mercado oferece.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da ANS.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2022

A Administração

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		459.343	360.417
Disponível		14.400	7.653
Realizável		444.943	352.764
Aplicações financeiras	6.1.1	275.350	252.550
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		275.350	252.350
Aplicações livres		-	200
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		30.277	14.701
Prêmios a receber	7.1	26.811	11.037
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	7.2	3.466	3.664
Despesas diferidas	8	85.576	45.444
Créditos tributários e previdenciários	10.1	3.908	8.870
Bens e títulos a receber	9	49.641	31.199
Despesas antecipadas		191	-
Não circulante		888.466	765.454
Realizável a longo prazo		686.639	555.679
Aplicações financeiras	6.1.2	276.608	260.361
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		276.608	260.361
Créditos tributários e previdenciários	10.1	113.647	68.525
Depósitos judiciais e fiscais	11	195.109	193.780
Outros créditos a receber a longo prazo		94	228
Despesas diferidas	8	101.181	32.785
Imobilizado	12	177.106	189.106
Imóveis de uso próprio		177.106	189.106
Intangível		24.721	20.669
Total do ativo		1.347.809	1.125.871

Passivo	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		528.528	444.893
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	13	458.679	393.355
Provisão de prêmio não ganho – PPNG		76.845	43.838
Provisão para remissão		3.471	2.725
Provisão de eventos a liquidar ao SUS		2.290	2.526
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores		158.443	113.118
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados		217.630	231.148
Débitos de operações de assistência à saúde		13.954	4.869
Prêmios a restituir		39	36
Receita antecipada de prêmios		5.007	2.222
Comercialização sobre operações		8.908	2.611
Provisão para IR e CSLL		9.962	-
Tributos e encargos sociais a recolher		8.400	5.753
Débitos diversos	14	37.533	40.916
Não circulante		212.816	205.489
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	13	7.412	6.520
Provisão para remissão		5.635	4.577
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores		1.777	1.943
Provisões		201.210	195.759
Provisões para tributos diferidos		7.060	7.089
Provisões para ações judiciais	15	194.150	188.670
Débitos diversos	14	4.194	3.210
Patrimônio líquido		606.465	475.489
Capital social	16 a	485.333	394.333
Reservas de lucros	16 b	131.370	80.579
Ajustes de avaliação patrimonial		(10.238)	577
Total do passivo e patrimônio líquido		1.347.809	1.125.871

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde		2.109.455	1.823.357
Receitas com operações de assistência à saúde		2.131.174	1.849.242
Prêmios retidos	17	2.132.978	1.849.473
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		(1.804)	(231)
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(21.719)	(25.885)
Sinistros retidos		(1.658.990)	(1.294.658)
Sinistros conhecidos ou avisados	18	(1.686.855)	(1.234.407)
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados		27.865	(60.251)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		450.465	528.699
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(24.261)	(71.021)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(33.082)	(37.314)
Provisão para perdas sobre créditos		18.810	(18.227)
Outras despesas oper. de assist. à saúde não relac. com planos de saúde		(9.989)	(15.480)
Resultado bruto		426.204	457.678
Despesas de comercialização		(179.550)	(168.502)
Despesas administrativas	19	(192.818)	(158.070)
Resultado financeiro líquido	20	46.862	52.339
Receitas financeiras		52.649	58.380
Despesas financeiras		(5.787)	(6.041)
Resultado patrimonial		8.915	(738)
Despesas patrimoniais		8.915	(738)
Resultado antes dos impostos e participações		109.613	182.707
Imposto de renda	10.4	(16.334)	(47.494)
Contribuição social	10.4	(11.538)	(31.188)
Impostos diferidos	10.4	36.977	9.864
Participações no resultado		(13.001)	(6.844)
Lucro líquido do exercício		105.717	107.045
Quantidade de ações		16.782	14.075
Lucro líquido por ação - R\$		6,30	7,61

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro líquido do exercício	105.717	107.045
Outros resultados abrangentes	(10.815)	(6.016)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ajustes com títulos e valores mobiliários	(17.987)	(10.242)
Efeitos tributários	7.195	4.097
Ajustes de avaliação patrimonial	(38)	215
Efeitos tributários	15	(86)
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido dos efeitos tributários	94.902	76.018

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		374.333	53.533	6.593	-	434.459
Pagamento de dividendos - exercício anterior	16 c	-	(28.180)	-	-	(28.180)
Aumento de capital - AGE de 30 de dezembro de 2020	16 a	20.000	-	-	-	20.000
Outros resultados abrangentes		-	-	(6.016)	-	(6.016)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	107.045	107.045
Proposta da destinação do lucro:						
Reserva legal	16 b	-	5.352	-	(5.352)	-
Reserva estatutária	16 b	-	49.874	-	(49.874)	-
Dividendos intermediários (R\$ 3,68 por ação)	16 c	-	-	-	(51.819)	(51.819)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		394.333	80.579	577	-	475.489
Pagamento de dividendos - exercício anterior	16 c	-	(30.000)	-	-	(30.000)
Aumento de capital - AGE de 30 de julho de 2021	16 a	36.000	-	-	-	36.000
Aumento de capital - AGE de 27 de agosto de 2021	16 a	55.000	-	-	-	55.000
Reconhecimento pagamento em ações		-	182	-	-	182
Outros resultados abrangentes		-	-	(10.815)	-	(10.815)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	105.717	105.717
Proposta da destinação do lucro:						
Reserva legal	16 b	-	5.286	-	(5.286)	-
Reserva estatutária	16 b	-	75.323	-	(75.323)	-
Dividendos intermediários (R\$ 0,72 por ação)	16 c	-	-	-	(12.094)	(12.094)
Dividendos a distribuir (R\$ 0,78 por ação)	16 c	-	-	-	(13.014)	(13.014)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		485.333	131.370	(10.238)	-	606.465

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de planos saúde	2.362.231	1.807.992
(+) Resgate de aplicações financeiras	1.247.400	1.593.966
(+) Outros recebimentos operacionais	34.129	6.755
(-) Pagamento a fornecedores/prestadores de serviço de saúde	(1.737.958)	(1.304.456)
(-) Pagamento de comissões	(269.024)	(156.658)
(-) Pagamento de pessoal	(56.968)	(48.168)
(-) Pagamento de serviços terceiros	(37.926)	(24.384)
(-) Pagamento de tributos	(99.985)	(148.745)
(-) Pagamentos de processos judiciais (cíveis/trabalhistas/tributárias)	-	-
(-) Pagamentos de promoção/publicidade	(619)	(1.147)
(-) Aplicações financeiras	(1.251.616)	(1.540.978)
(-) Outros pagamentos operacionais	(128.729)	(104.044)
Caixa líquido das atividades operacionais	60.935	80.133
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(-) Outros pagamentos da atividade de financiamento	(42.094)	(80.000)
(-) Pagamentos de participação no resultado	(12.094)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	(54.188)	(80.000)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6.747	133
Caixa - saldo inicial	7.653	7.520
Caixa - saldo final	14.400	7.653
Ativos livres no início do exercício	7.853	153.253
Ativos livres no final do exercício	14.400	7.853
Aumento/(redução) nos ativos livres	6.547	(145.400)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Seguro - Seguro Saúde S.A.
Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. (“Companhia” ou “Operadora”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 12 de junho de 2001, com o objetivo de atuar como seguradora especializada em seguro-saúde. Foi autorizada a operar pela Resolução - RE nº 2, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de 4 de julho de 2001. A Companhia é uma controlada direta da empresa Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais e indireta da Porto Seguro S.A., a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

1.1 OUTRAS INFORMAÇÕES – COVID-19

Apesar do momento desafiador, a Operadora segue otimista na condução de suas operações e confiantes na robustez e resiliência do seu modelo de negócios para ultrapassar a crise da pandemia do COVID-19.

Dentro dos impactos causados pela pandemia, destacamos os prêmios retidos que totalizaram em 2021 R\$ 2.133,0 milhões, aumento de R\$ 283,5 milhões ou 15,3% sobre os R\$ 1.849,5 milhões em 2020. Adicionalmente, a sinistralidade encerrou o ano em 78,6%, um aumento de 7,6 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. Cabe destacar que em 2020, diversas cirurgias eletivas foram canceladas no período de pandemia, e retomadas em 2021.

Ações institucionais relacionadas à pandemia:

Continuamos com Grupo de Trabalho para coordenar as ações a serem tomadas para enfrentar a pandemia, objetivando minimizar quaisquer impactos na qualidade do atendimento a nossos clientes, segurados e beneficiários, para minimizar o risco aos nossos colaboradores e familiares e garantir a manutenção da continuidade e qualidade dos negócios da Operadora.

Dentro das principais ações internas, destacamos a adoção ao regime de “home office” para parte substancial dos nossos colaboradores, a priorização de reuniões por videoconferência e a circulação de comunicação corporativa para informar e conscientizar os colaboradores dos riscos relacionados à disseminação do vírus e direcionar a busca por novas informações.

1.2 OUTRAS INFORMAÇÕES – BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS LEI DO BEM

Com as recentes e contínuas manifestações favoráveis e aceitações por parte das autoridades tributárias competentes e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, aos pedidos de benefício fiscal da lei do bem, referente aos projetos realizados durante o período de 2020, e adicionado ao fato de que as características dos projetos de pesquisas e desenvolvimentos são similares em todo este período, a Companhia entende que as incertezas relacionadas à aceitação foram diluídas, passando a ser remoto o risco de um possível contingenciamento dos benefícios tributários.

Com base nesta mudança de estimativa por conta desses fatos recentes, a Operadora reconheceu no resultado do período o total de benefício no montante de R\$ 2.785, sendo R\$ 2.138 referente as despesas dos projetos incorridas em 2020 e R\$ 647 referente ao exercício corrente de 2021.

1.3 INDÉBITOS TRIBUTÁRIOS (DEPÓSITOS JUDICIAIS)

A Companhia efetuou a reversão do passivo diferido de IR e CS, no valor de R\$ 46.837, sobre atualização monetária de depósitos judiciais federais conforme decisão do STF em sede de repercussão geral publicada em 16/12/2021 sobre a não incidência de IRPJ e CSLL sobre juros SELIC decorrentes de recuperação de tributos pagos indevidamente (indébitos tributários) e em virtude da Circular nº 09/2021 emitida pelo IBRACON.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no exercício de 2021 alterações nas políticas contábeis relevantes.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração da Operadora use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos (“impairment”), (iv) da realização de impostos diferidos e (v) das provisões para processos judiciais e contingências para processos administrativos e judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, principalmente na determinação das provisões técnicas. A Operadora revisa essas estimativas e premissas periodicamente (vide nota explicativa nº 3). As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios em curso normal.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Operadora. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 18 de fevereiro de 2022.

2.1.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e normas expedidas pela ANS, segundo critérios

estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 435/18 e alterações. A ANS não aprovou o CPC 11 - Contratos de Seguros.

2.1.2 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Resolução Normativa nº 472/21

Com a publicação da Resolução Normativa nº 472, de 29 de setembro de 2021, que dispõe sobre o Plano de Contas Padrão da ANS, haverá impactos na contabilização da corresponsabilidade cedida, a saber: A Companhia passará a reconhecer esta operação no grupo de sinistros retidos, deixando no grupo de contraprestações apenas a taxa de administração. Com relação a receita de assistência à saúde, na modalidade preço pós estabelecido, o valor cobrado correspondente ao custo dos atendimentos médico hospitalares passará a ser registrado como recuperação de despesa, em sinistros retidos. A Resolução também referendou o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

2.2 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.3 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS PELO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no exercício em que ocorrem.

(ii) TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em “Resultado financeiro”. A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta “Outros resultados abrangentes”, sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente (“impairment”).

(iii) MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais. Esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.

(iv) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

Incluem-se nesta categoria os recebíveis (prêmios a receber de segurados) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por “impairment” a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 2.4.1).

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como “Títulos para negociação” e “Títulos disponíveis para venda” baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

2.4 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS (“IMPAIRMENT”)

2.4.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou “impaired”.

Caso um ativo financeiro seja considerado deteriorado, a Companhia somente registra a perda no resultado do exercício se houver evidência objetiva de perda como consequência de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento e se o valor da perda puder ser mensurado com confiabilidade. Para a análise de “impairment”, a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas, inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de “impairment” para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, “ratings” internos, etc.) e testados em uma base agrupada.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados (“write-off”) quando não há mais expectativa para recuperação do ativo e observando também regras específicas da ANS.

2.5 DESPESAS DIFERIDAS

As comissões sobre prêmios retidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo médio de vigência das apólices. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

2.6 ATIVO IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

Compreende imóveis utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 12.

2.7 CONTRATOS DE SEGURO E PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE E ODONTOLÓGICA

A Companhia emite contratos de seguros-saúde que transferem riscos significativos de seguro. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as orientações da ANS, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs), descritas resumidamente a seguir:

- (a) A Provisão de Prêmios/Contraprestações Não Ganha (PPNG) é calculada "pro rata" dia, com base nos prêmios retidos tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.
- (b) A Provisão para remissão é constituída com base na expectativa de despesas médico-hospitalares futuras dos segurados que estão em gozo do benefício de remissão, onde no falecimento do segurado titular há a manutenção da cobertura aos segurados dependentes sem o respectivo pagamento de prêmios, e é calculada com base no valor presente das despesas esperadas.
- (c) A Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com base nas estimativas dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação de processo judicial, quer por apresentação da conta médica ou odontológica, quer pelo aviso do prestador do atendimento ao segurado.
- (d) A Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à seguradora até data-base de apuração, e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro na seguradora.
- (e) A Provisão para Insuficiência de Contraprestação (PIC) deve ser constituída quando for verificado que as contraprestações/prêmios a serem recebidas de referentes aos contratos vigentes, somadas a provisão de prêmios/contraprestações não ganhos, forem insuficientes para fazer frente às obrigações contratuais já assumidas pelas operadoras de planos de saúde.

2.8 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

Em cada data de balanço é elaborado o TAP (ou "Liability Adequacy Test" - LAT) para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Esse teste é elaborado segregando-se entre as modalidades individual, coletiva empresarial, coletiva por adesão e corresponsabilidade assumida.

Para o teste, desenvolveu-se uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, considerando as vigências dos contratos, limitadas ao horizonte máximo de 8 (oito) anos.

Na determinação das estimativas de remissão, é utilizada a tábua de mortalidade BR-EMS (Experiência do mercado segurador brasileiro) vigentes no momento de realização do TAP, ajustadas, quando for o caso, por critério de desenvolvimento de longevidade.

As estimativas correntes dos fluxos de caixa deverão ser descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo de taxa de juros (ETTJ) livre de risco pré-fixada definidas pela ANBIMA.

Informamos que os cálculos da Provisão para Insuficiência de Prêmios/Contraprestações (PIC) são efetuados mensalmente, nos termos da Resolução Normativa ANS nº 393/15, mas não há valor a ser constituído, uma vez que o valor do fator de insuficiência de contraprestações/prêmios (FIC) é zero, isto é, não há insuficiência de prêmios.

2.9 PROVISÕES JUDICIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal” (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

Os demais depósitos judiciais são apresentados no ativo. Os depósitos judiciais também são atualizados monetariamente.

2.10 RECONHECIMENTO DE RECEITA

2.10.1 PRÊMIO DE SEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 2.7(a)).

2.10.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno.

2.11 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

2.12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras foi constituída à alíquota de 20% a partir de julho de 2021, tendo em vista a majoração da CSLL pela lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) de 15% para 20% sobre o lucro das empresas de seguros.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Também são reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

3.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. O valor total dos passivos de contratos de seguro, em 31 de dezembro de 2021, era de R\$ 466.091.

3.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E “IMPAIRMENT” DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de “impairment” para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para “impairment”, conforme descrito no item 2.4.1. O valor total de disponível, aplicações e prêmios a receber em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 595.977, para os quais existem R\$ 2.808 de provisão para risco de crédito.

3.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia dispõe de um grande número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, é utilizado o melhor julgamento sobre esses casos para a constituição das provisões, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O valor total das provisões judiciais, em 31 de dezembro de 2021, era de R\$ 194.150, para as quais existem R\$ 195.109 em depósitos judiciais.

3.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações (vide nota explicativa nº 10.1). O valor total dos créditos tributários diferidos em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 113.647 (ativo) e R\$ 7.060 (passivo).

4. GESTÃO DE RISCOS

A Operadora está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários à identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos.

A governança de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado e seus acionistas, contribuir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo aspectos relacionados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos é exercido de modo integrado e independente e valorizando o ambiente de decisões colegiadas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado, permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais e promovem o acultramento dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos.

Todas estas iniciativas proporcionam a ampliação da eficiência operacional e consequente redução do nível de perdas, além de otimizar a utilização do capital disponível. Refletindo o compromisso com a gestão de riscos, a Companhia possui a área de Gestão de Riscos Corporativos cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma independente.

Com o intuito de obter sinergias ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum denominado Comitê de Risco Integrado. Este tem como objetivo fornecer subsídios e informações a alta Administração em assuntos referentes à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chave de riscos.

Vale destacar que em decorrência da pandemia do COVID-19, uma série de ações e iniciativas foi estabelecida pela Alta Administração da Porto Seguro, com o objetivo de confrontar as incertezas e desafios inerentes ao cenário atual, incluindo entre outras, o estabelecimento do Comitê de Crise, o acompanhamento diário dos principais indicadores de negócio e operações, assim como a elaboração de cenários de impacto em resultado, liquidez e solvência.

A gestão de riscos financeiros, de seguros e operacionais compreende as seguintes categorias:

4.1.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

- (a) **Portfólio de investimentos:** para o gerenciamento deste risco a Operadora possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco (“rating”) “B” de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações.

Em 31 de dezembro de 2021, 98,2% (98,5% em 31 de dezembro de 2020) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de

“rating” “AA”. Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada (“impaired”).

(b) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 7.1.

4.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras. A Operadora possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Adicionalmente, há a definição de caixa mínimo a ser mantido em relação as projeções dos fluxos de caixa.

Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo em relação as projeções dos fluxos de caixa e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de “stress”); e medidas potenciais para contingenciamento.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta (i):

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista / sem vencimento	21.965	-	13.729	-
Fluxo de 1 a 30 dias	125.649	105.505	168.162	55.368
Fluxo de 2 a 6 meses	12.199	338.946	7.962	223.420
Fluxo de 7 a 12 meses	8.291	14.615	6.702	13.207
Fluxo acima de 1 ano	494.015	15.465	479.637	17.067
Total	662.119	474.531	676.191	309.062

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações e prêmios a receber.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros relativos as parcelas registradas (ocorridos e a ocorrer).

4.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Operadora, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	<u>Dezembro de 2021</u>	<u>Dezembro de 2020</u>
Inflação (IPCA/IGP-M)	51,6%	50,7%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	27,9%	47,9%
Prefixados	19,1%	0,2%
Ações	0,8%	0,7%
Outros	0,6%	0,5%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se a técnica de valor em risco (“Value at Risk” - VaR) paramétrico, com intervalo de confiança de 95% em horizonte de 1 dia. São realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e as ferramentas de “tracking error” e “Benchmark-VaR”, utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Os resultados obtidos são utilizados para mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido, em condições normais e de “stress”. Esses testes levam em consideração cenários históricos e de condições futuras de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Operadora.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2021:

Fator de risco	Cenário (*)	Impacto
Índices de preços	+ 50 b.p.	(10.312)
	+ 25 b.p.	(5.242)
	+ 10 b.p.	(2.118)
	- 10 b.p.	2.118
	- 25 b.p.	5.242
	- 50 b.p.	10.312
Juros pós-fixados	+ 50 b.p.	(995)
	+ 25 b.p.	(829)
	+ 10 b.p.	(663)
	- 10 b.p.	663
	- 25 b.p.	829
	- 50 b.p.	995
Juros pré-fixados	+ 50 b.p.	(387)
	+ 25 b.p.	(208)
	+ 10 b.p.	(96)
	- 10 b.p.	96
	- 25 b.p.	208
	- 50 b.p.	387
Ações	± 34%	92
	± 17%	46
	± 9%	23

(*) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Operadora, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Operadora possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

4.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto

sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

4.5 RISCO DE SUBSCRIÇÃO

A Operadora atua no mercado de saúde suplementar operando somente em planos empresariais de renovações anuais. O principal risco está relacionado aos modelos de prêmio de risco em seguro-saúde decorrente do potencial aumento nos custos dos tratamentos médicos durante o período de vigência dos contratos e o risco de ocorrência de eventos excepcionais de alto impacto (pandemias).

Em linha com as medidas de mitigação de riscos, os contratos são negociados com prestadores de serviços de saúde de forma a permitir uma moderação no aumento dos custos com os serviços de saúde. A rede referenciada está sujeita a monitoramento constante através de auditorias médicas, entrevistas e pesquisas com segurados.

Para os procedimentos de alta complexidade e internações, faz-se necessária a análise da equipe de auditoria médica. Essa equipe também revisa os procedimentos conduzidos por cada prestador de serviços de saúde com a finalidade de analisar a conformidade e a qualidade dos serviços prestados.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(15.899)	(7.653)
Sinistros - aumento de 50,0%	(20.434)	(8.227)

5. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em maximizar o valor do capital por meio da otimização do nível e das fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência. O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, lucratividade, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio.

A Companhia possui uma estrutura que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. A estrutura de gerenciamento de capital é suportada por política específica, a qual define os papéis e responsabilidades, limites de suficiência, relatórios de monitoramento e planos de contingência de capital. Essa gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que conta com o apoio da Diretoria Técnica, entre outras, para apuração dos resultados.

Essa gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que conta com o apoio da Diretoria Técnica, entre outras, para apuração dos resultados. De forma independente, a área de Gestão de Riscos Corporativos monitora a aderência aos requerimentos regulatórios e aos critérios de política interna.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pela ANS. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. A necessidade de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas na nota explicativa nº 16 (d).

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

6.1 ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO

6.1.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

	Dezembro de 2021			Dezembro de 2020		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos exclusivos						
LFTs	158.201	-	158.201	207.211	-	207.211
NTNs-B	107.069	-	107.069	-	32.764	32.764
LTNs	-	-	-	4.630	-	4.630
Ações de companhias abertas	4.451	-	4.451	3.586	-	3.586
Letras financeiras - privadas	-	1.304	1.304	-	756	756
Outros	-	4.325	4.325	-	3.603	3.603
Total	269.721	5.629	275.350	215.427	37.123	252.550
Aplicações financeiras em garantia			275.350			252.350
Aplicações financeiras livres			-			200

6.1.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
	Nível 1	Nível 1
Carteira própria		
NTN-B	257.200	260.361
Total - não circulante	257.200	260.361
Aplicações financeiras em garantia	257.200	260.361

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 274.206 (R\$ 259.380 em dezembro de 2020).

6.1.3 TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
	Nível 1	Nível 1
Carteira própria		
NTN-B	19.408	-
Total - não circulante	19.408	-
Aplicações financeiras em garantia	19.408	-

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 18.291. Em dezembro de 2020 a Operadora não possuía aplicações classificadas nessa categoria.

6.1.4 ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

Apesar da Companhia possuir saldo de aplicações financeiras classificado no longo prazo, de acordo com o vencimento final dos títulos, o Índice de Liquidez Corrente da Companhia leva em consideração esses títulos devido sua liquidez imediata, conforme características do fundo, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais (NTNs-B), sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em resgate/ liquidação antecipada.

A tabela a seguir apresenta o índice de liquidez corrente da companhia:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Ativo circulante (*)	716.543	620.778
Passivo circulante	528.528	444.893
Índice de liquidez corrente	1,36	1,40

(*) Total de ativo circulante, somado a aplicações financeiras (fundo exclusivo) para cobertura de reserva técnica alocados em longo prazo que a Companhia entende haver liquidez imediata.

6.2 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	512.911	418.909
Aplicações	1.247.400	1.593.966
Resgates	(1.233.629)	(1.540.978)
Rendimentos	43.263	51.256
Ajuste a valor de mercado	(17.987)	(10.242)
Saldo final	551.958	512.911

7. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

7.1 PRÊMIOS A RECEBER - COMPOSIÇÃO QUANTO AO PRAZO DE VENCIMENTO

	<u>Dezembro de 2021</u>	<u>Dezembro de 2020</u>
A vencer	15.342	11.842
Vencidos de 1 a 30 dias	8.800	5.693
Vencidos de 31 a 60 dias	1.715	2.177
Vencidos de 61 a 120 dias	1.638	362
Vencidos a mais de 120 dias	2.124	731
Total	<u>29.619</u>	<u>20.805</u>
Provisão para perdas sobre créditos	(2.808)	(9.768)
Total	<u>26.811</u>	<u>11.037</u>

7.2 OUTROS CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Refere-se principalmente a valores a receber da co-participação dos beneficiários e aportes de valores excedentes de sinistralidades. Contempla também os valores dos reajustes aplicados no último trimestre de 2021, líquidos das provisões para perdas.

8. DESPESAS DIFERIDAS

O saldo de despesas de comissões diferidas apresentou a seguinte movimentação:

	<u>Dezembro de 2021</u>	<u>Dezembro de 2020</u>
Saldo inicial	78.229	72.887
Constituições	265.669	180.028
Apropriações para despesa	(157.141)	(174.686)
Saldo final	<u>186.757</u>	<u>78.229</u>
Circulante	85.576	45.444
Não circulante	101.181	32.785

O prazo médio de amortização é de 34 meses, sendo o mesmo prazo de 2020.

9. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	<u>Dezembro de 2021</u>	<u>Dezembro de 2020</u>
Adiantamentos para despesas (i)	30.057	7.555
Contas a receber - Fundação Itaú	16.341	19.909
Transações com partes relacionadas (ii)	3.136	2.322
Outros créditos a receber	107	1.413
Total	<u>49.641</u>	<u>31.199</u>

(i) Deve-se principalmente a adiantamentos realizados para serviços de tecnologia e inovação sistêmica.

(ii) Vide nota explicativa nº 21.

10. TRIBUTOS**10.1 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS**

	<u>Dezembro de 2021</u>	<u>Dezembro de 2020</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos - diferenças temporárias (i)	113.647	68.525
Impostos sobre serviços	2.090	2.090
Imposto de renda	522	4.601
Contribuição social	161	1.232
Outros	1.135	947
Total	<u>117.555</u>	<u>77.395</u>
Circulante	3.908	8.870
Não circulante	113.647	68.525

(i) Vide nota explicativa nº 10.2.

10.2 TRIBUTOS DIFERIDOS

	<u>Dezembro de 2020</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Dezembro de 2021</u>
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para obrigações legais	30.522	52.004	(4.968)	77.558
PIS e COFINS s/ sinistros a liquidar e IBNR	16.172	2.397	(1.434)	17.135
Provisão para riscos sobre créditos	15.206	3.780	(12.543)	6.443
Participação nos lucros	3.131	4.579	(6.818)	892
Outras	3.494	10.970	(2.845)	11.619
Total	<u>68.525</u>	<u>73.730</u>	<u>(28.608)</u>	<u>113.647</u>

10.3 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	<u>Valor</u>
2022	91.545
2023	20.492
2024	658
2025	191
2026	180
Após 2026	581
Total	<u>113.647</u>
Valor presente (*)	<u>106.396</u>

(*) Para o ajuste a valor presente foi considerada a taxa SELIC do último dia do exercício, líquida dos efeitos tributários.

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigorará em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

10.4 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	<u>Dezembro de 2021</u>	<u>Dezembro de 2020</u>
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	109.613	182.707
(-) Participações nos resultados	<u>(13.001)</u>	<u>(6.844)</u>
Lucro antes do IRPJ e da CSLL após participações nos resultados (A)	96.612	175.863
 Alíquota vigente (i)	 <u>40%</u>	 <u>40%</u>
 Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	 <u>(38.645)</u>	 <u>(70.345)</u>
Indébitos tributários (ii)	46.837	-
Inovação tecnológica (iii)	2.785	-
Incentivos fiscais	644	2.027
Outros	<u>(2.516)</u>	<u>(500)</u>
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	<u>47.750</u>	<u>1.527</u>
 Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	 <u>9.105</u>	 <u>(68.818)</u>
 Taxa efetiva (D/A)	 <u>-9,4%</u>	 <u>39,1%</u>

(i) A alíquota vigente até 30 de junho de 2021 era de 40%, (sendo 15% para CSLL) e no período entre 1 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, foi de 45% (sendo 20% para CSLL). Essa majoração foi sancionada pela lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) que elevou temporariamente a alíquota da CSLL (de 15% para 20%) sobre o lucro das empresas de seguros.

(ii) Reversão do passivo diferido de IR e CS, sobre atualização monetária de depósitos judiciais federais. Vide nota explicativa nº 1.3.

(iii) Refere-se principalmente aos benefícios relacionados aos projetos vinculados à lei de incentivo à pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei do Bem). Vide nota explicativa nº 1.2.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
COFINS (*)	167.070	164.074
PIS (*)	24.185	23.766
Sinistros	1.801	1.987
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	881	2.882
Outros	1.172	1.071
Total	195.109	193.780

(*) Vide nota explicativa nº 15(a).

12. IMOBILIZADO

	Dezembro de 2021						
	Saldo residual em Dezembro de 2020	Baixas/ venda	Despesas de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Taxas anuais de depreciação (%)
Edificações	144.140	(6.615)	(2.795)	145.229	(10.499)	134.730	2,0
Terrenos	44.966	(2.590)	-	42.376	-	42.376	-
Total	189.106	(9.205)	(2.795)	187.605	(10.499)	177.106	

Não se observou evidências objetivas de “impairment” para os ativos imobilizados em 2021 e não houve reconhecimento de perdas.

13. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

As provisões técnicas apresentaram a seguinte movimentação:

	<u>Dezembro de 2021</u>	<u>Dezembro de 2020</u>
Saldo inicial	399.875	292.933
Constituições decorrentes de prêmios	2.131.742	1.916.027
Amortização pela vigência decorrida	(2.222.535)	(1.904.700)
Aviso de eventos/sinistros	1.780.103	1.372.836
Pagamento de eventos/sinistros	(1.624.899)	(1.277.452)
Outras (constituição/reversão)	1.805	231
Total	<u>466.091</u>	<u>399.875</u>
Circulante	458.679	393.355
Não circulante	7.412	6.520

Como conclusão do TAP realizado na data-base de 31 de dezembro de 2021, não foram encontradas insuficiências em nenhum dos produtos da Operadora (vide nota explicativa nº 2.8).

14. DÉBITOS DIVERSOS

	<u>Dezembro de 2021</u>	<u>Dezembro de 2020</u>
Débitos a pagar	14.308	21.688
Transações com partes relacionadas (*)	11.025	7.564
Participação nos lucros a pagar	10.935	9.702
Encargos trabalhistas	5.459	5.172
Total	<u>41.727</u>	<u>44.126</u>
Circulante	37.533	40.916
Não circulante	4.194	3.210

(*) Vide nota explicativa nº 21.

15. PROVISÕES JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus consultores legais externos. As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

	Fiscais (a)	Trabalhistas (b)	Cíveis (c)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	185.318	302	3.050	188.670
Constituições	-	233	2.838	3.071
Encerramentos êxito/reversões	-	47	(404)	(357)
Pagamentos	-	-	(1.249)	(1.249)
Atualização monetária	3.360	21	634	4.015
Saldo em 31 de dezembro de 2021	188.678	603	4.869	194.150
Quantidade de processos	7	13	275	295

(a) OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS – COMPOSIÇÃO POR NATUREZA

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As obrigações legais estão classificadas como probabilidade de perda possível. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
COFINS (i)	163.611	160.700
PIS (ii)	24.185	23.766
Outras provisões	882	852
Total	188.678	185.318

(i) COFINS

Com o advento da Lei nº 9.718, as companhias de seguro e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS incidentes sobre suas receitas a alíquota de 4% após a promulgação da Lei nº 10.684/03. A Companhia questiona judicialmente essa tributação, bem como a base de cálculo fixada pela Lei nº 9.718 que conceituou faturamento como equivalente a receita bruta.

Nesta ação, aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral.

(ii) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais nº 10/96 e nº 17/97, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e da Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta, independentemente da classificação contábil.

Na ação da Companhia, aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral.

(iii) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal – REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação da desistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras ações de natureza fiscal e previdenciária que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificados com perda possível, não são provisionadas. O risco total estimado dessas ações totaliza R\$ 15.083 (R\$ 10.593 de possível impacto no lucro líquido). As principais causas são: (i) questionamento da Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R\$ 10.595 (R\$ 7.771 de possível impacto no lucro líquido) e (ii) discussão do INSS sobre programa de alimentação do trabalhador, com risco total estimado em R\$ 2.080 (R\$ 1.497 de possível impacto no lucro líquido).

(b) PROVISÕES PARA PROCESSOS TRABALHISTAS

A Companhia é parte em ações de natureza trabalhista e os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, reflexo das horas extras, descanso semanal remunerado, verbas rescisórias, equiparação salarial e descontos indevidos. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável. O prazo médio para o desfecho das ações trabalhistas na Companhia é de 30 meses.

Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante de R\$ 69 (R\$ 2 em dezembro de 2020) para os quais, com base na avaliação dos advogados (perda possível), não há constituição de provisão.

(c) PROVISÕES PARA PROCESSOS CÍVEIS

A Companhia é parte integrante em processos de natureza cível, cujas ações judiciais apresentam objetos diversos. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável. O prazo médio para o desfecho das ações cíveis na Companhia é de 30 meses.

Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante de R\$ 2.168 (R\$ 1.520 em dezembro de 2020) para os quais, com base na avaliação dos consultores jurídicos externos as perdas são consideradas possíveis e não são provisionadas.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social era de R\$ 485.333, representado por 16.782.336 (unidades) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

As AGEs realizadas em 30 de julho de 2021 e 27 de agosto de 2021, deliberaram aumento de capital social no montante de R\$ 36.000 e R\$ 55.000, respectivamente, mediante a emissão de novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) RESERVAS DE LUCROS

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Seu saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 35.991 (R\$ 30.705 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) RESERVA ESTATUTÁRIA

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, seu saldo era de R\$ 95.198 (R\$ 49.874 em 31 de dezembro de 2020).

(c) DIVIDENDOS

A Administração da Companhia aprovou em 30 de abril de 2021 a distribuição de dividendos, no montante de R\$ 30.000, à conta de reservas de lucros existentes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Em 28 de dezembro de 2021 a Diretoria da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 12.094 à conta de dividendos antecipados do exercício.

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	<u>Dezembro de 2021</u>	<u>Dezembro de 2020</u>
Lucro líquido	105.717	107.045
(-) Reserva legal - 5%	(5.286)	(5.352)
Lucro básico para determinação do dividendo	<u>100.431</u>	<u>101.693</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	<u>25.108</u>	<u>25.423</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	13.014	25.423
Dividendos intermediários	12.094	-
Total de dividendos	<u>25.108</u>	<u>25.423</u>
Total por ação (R\$)	1,50	1,81

(d) DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO – (PLA) E MARGEM DE SOLVÊNCIA

	<u>Dezembro de 2021</u>	<u>Dezembro de 2020</u>
Patrimônio líquido	606.465	475.489
Despesas diferidas	(186.757)	(78.229)
Intangível	(24.721)	(20.669)
Despesas antecipadas	(191)	-
Receitas operacionais diferidas, efetivamente recebidas	-	2.221
Patrimônio líquido ajustado	<u>394.796</u>	<u>378.812</u>
Margem de solvência	<u>352.815</u>	<u>352.815</u>
Suficiência de capital	<u>41.981</u>	<u>25.997</u>

17. PRÊMIOS RETIDOS

	<u>Dezembro de 2021</u>	<u>Dezembro de 2020</u>
Saúde	2.072.741	1.762.259
Odonto	149.794	142.441
Corresponsabilidade assumida	(89.557)	(55.227)
Total	<u>2.132.978</u>	<u>1.849.473</u>

17.1 CORRESPONSABILIDADE ASSUMIDA - PRÊMIOS

	Corresponsabilidade cedida em preço pós estabelecido	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
	<hr/>	<hr/>
Planos coletivos empresariais depois da Lei (*)	(89.557)	(55.227)

(*) Valores relacionados a corresponsabilidade assumida por outras operadoras (prestadora), que disponibilizaram aos nossos beneficiários acesso continuado aos serviços oferecidos por sua rede de serviços de assistência à saúde. Após a Resolução Normativa nº 430/17, essa operação passou a ser contabilizada de forma redutora, na rubrica de prêmios retidos e as liquidações desse passivo acontece em até 5 dias.

18. SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS

	Consulta		Terapias	Internações	Outros	Procedimentos odontológicos	Total
	médica	Exames			atendimentos / demais despesas		
Rede contratada	(85.167)	(78.237)	(45.970)	(771.841)	(414.611)	(70.749)	(1.466.575)
Reembolso	(65.322)	(41.838)	(4.708)	(44.712)	(63.089)	(611)	(220.280)
Total em 31 de dezembro de 2020	(150.489)	(120.075)	(50.678)	(816.553)	(477.700)	(71.360)	(1.686.855)
Total em 31 de dezembro de 2020	(94.625)	(189.699)	(78.880)	(622.946)	(190.440)	(57.817)	(1.234.407)

18.1 CORRESPONSABILIDADE CEDIDA - SINISTROS

	Carteira própria (Beneficiários da operadora)	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
	<hr/>	<hr/>
Cobertura assistencial com preço pós-estabelecido	1.544.964	1.123.740
Cobertura assistencial com preço preestabelecido	70.625	55.638
Planos coletivos empresariais depois	69.554	52.398
Planos coletivos por adesão depois	1.712	2.631
	1.686.855	1.234.407

19. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>Dezembro de 2021</u>	<u>Dezembro de 2020</u>
Pessoal	(71.028)	(62.014)
Despesas compartilhadas (*)	(68.657)	(51.440)
Serviços de terceiros	(40.309)	(32.569)
Localização e funcionamento	(10.536)	(6.741)
Publicidade	(879)	(1.387)
Outros	(1.409)	(3.919)
Total	<u>(192.818)</u>	<u>(158.070)</u>

(*) Referem-se, principalmente, a rateio de gastos com recursos de uso comum do grupo Porto Seguro.

20. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>Dezembro de 2021</u>	<u>Dezembro de 2020</u>
Juros de títulos disponíveis para a venda	29.134	18.413
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	14.673	35.501
Variações monetárias dos depósitos judiciais	3.672	2.515
Outras	5.170	1.951
Total de receitas financeiras	<u>52.649</u>	<u>58.380</u>
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(3.360)	(2.300)
Desvalorização de juros de títulos para negociação	(544)	(2.658)
Outras	(1.883)	(1.083)
Total de despesas financeiras	<u>(5.787)</u>	<u>(6.041)</u>
Resultado financeiro	<u>46.862</u>	<u>52.339</u>

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais da Companhia e suas ligadas são a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

- (i) Prestação de serviços de seguro-saúde para as empresas do grupo Porto Seguro;
- (ii) Despesas administrativas repassadas por sua controladora Porto Cia pela utilização da estrutura física e de pessoal;

- (iii) Prestação de serviços de assistência médica e utilização de rede hospitalar contratados da ligada Serviços Médicos; e
- (iv) Conta corrente de pagamentos de sinistros com a ligada Portomed.

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	<u>Dezembro de 2021</u>	<u>Dezembro de 2020</u>
Ativo		
Serviços Médicos	1.891	1.532
Portomed	1.017	517
Porto Seguro Saúde Ocupacional	200	129
Outros	28	144
Total	<u>3.136</u>	<u>2.322</u>
Passivo		
Porto Cia	10.694	7.233
Portomed	331	331
Total	<u>11.025</u>	<u>7.564</u>

	<u>Receitas</u>		<u>Despesas</u>	
	<u>Dezembro de 2021</u>	<u>Dezembro de 2020</u>	<u>Dezembro de 2021</u>	<u>Dezembro de 2020</u>
Porto Cia	107.630	101.065	(107.947)	(93.671)
Porto Atendimento	24.190	19.294	(15.846)	(10.175)
Serviços Médicos	22.024	18.943	-	-
Portomed	11.026	13.141	-	-
Porto Consórcio	5.370	5.398	-	-
Portoseg	2.139	1.571	-	-
Outras	9.527	9.778	(1.402)	(2.203)
Total	<u>181.906</u>	<u>169.190</u>	<u>(125.195)</u>	<u>(106.049)</u>

22. OUTRAS INFORMAÇÕES - COMITÊ DE AUDITORIA

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2021 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo.

* * *

***Porto Seguro -
Seguro Saúde S.A.***
***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Porto Seguro - Seguro Saúde S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às

Porto Seguro - Seguro Saúde S.A.

entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.




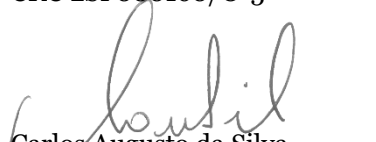
Porto Seguro - Seguro Saúde S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5


Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2